



Análise e criação de dispositivos: tarefas para uma Psicologia Social

Analysis and creation of devices: tasks for a Social Psychology

Análisis y creación de dispositivos: tareas para una Psicología Social

Isabela Gama

Roberto Andrade

Danichi Hausen Mizoguchi

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil

Resumo

No presente artigo buscaremos traçar uma análise genealógica de constituição da Psicologia Social como campo epistemológico, entendendo-o a partir de sua fragmentação e como terreno de disputa conceitual. Defenderemos nossa aposta a partir de tal compreensão dos jogos de força históricos e políticos que constituíram esse saber, de invenção da Psicologia Social, que desafie a lógica dualista dos binômios indivíduo-sociedade, mente-corpo, dentro-fora e que assuma seu compromisso ético-político de intervenção no mundo, abandonando desde já a pretensão de ciência supostamente asséptica e apolítica. Para que seja possível tal operação, faremos uso do conceito foucaultiano de dispositivo, entendendo-o como ponto essencial para análise e criação de movimentos contemporâneos de produção de subjetividade.

Palavras-chave: Psicologia Social; história; dispositivo.

Abstract

In this article we will seek to draw a genealogical analysis of the constitution of social psychology as epistemological field, understanding it from its fragmentation and land as conceptual dispute. We will defend our bet from this understanding of the historical and political power games that constituted this knowledge, the invention of Social Psychology, that challenges the dualist logic of the individual-society, mind-body, in-out and commitment binomials ethical-political intervention in the world, abandoning the pretension of supposedly aseptic and apolitical science. In order for such an operation to be possible, we will use the

Foucaultian concept of device, understanding it as an essential point for the analysis and creation of contemporary movements for the production of subjectivity.

Keywords: Social psychology; history; device.

Resumen

En el presente artículo buscaremos trazar un análisis genealógico de constitución de la Psicología Social como campo epistemológico, entendiéndolo a partir de su fragmentación y como terreno de disputa conceptual. Defenderemos nuestra apuesta, a partir de tal comprensión de los juegos de fuerza históricos y políticos que constituyeron ese saber, de invención de la Psicología Social, que desafíe la lógica dualista de los binomios individuo-sociedad, mente-cuerpo, dentro-fuera y que asuma su compromiso ético-político de intervención en el mundo, abandonando desde ahora la pretensión de ciencia supuestamente aséptica y apolítica. Para que sea posible tal operación, haremos uso del concepto foucaultiano de dispositivo, entendiéndolo como punto esencial para el análisis y la creación de movimientos contemporáneos de producción de subjetividad.

Palabras clave: Psicología social; historia; dispositivo.

Sabe-se que uma série de modulações teórico-políticas participa do jogo histórico de enfrentamentos a partir do qual se poderia definir o que é a Psicologia Social; trata-se, certamente, de um campo fragmentado. Distantes da meta de uma definição cabal e imersos nas dispersões e embates, no artigo que ora se inicia não pretendemos afirmar uma única possibilidade para esta área de conhecimento e intervenção. O que intentamos, ao contrário, é defender a tese de que analisar e criar dispositivos pode ser

uma das tarefas políticas da Psicologia Social – junto a tantas outras que fazem vicejar seu corpus teórico e atuante há mais de um século.

Este escrito coloca-se, assim, sob uma empreitada de campo – o campo da Psicologia Social –, entendendo que há nele uma dimensão radicalmente distante da essência, que se trata de um campo que é absolutamente marcado por disputas e perspectivas que se fizeram na história, impedindo que se encontre nele uma unidade epistemológica. Assim, nos

interessa operar a defesa de uma modulação histórico-política em que a Psicologia Social possa, dentre outras coisas, ser analisadora e criadora de dispositivos. Para que a argumentação possa ser defendida, será preciso apresentar brevemente as linhas epistêmicas que fizeram a história da Psicologia Social e o conceito de dispositivo – fundamental na obra de Michel Foucault, notadamente a partir da década de 1970. Desta forma, apontaremos a posição epistemológica e política que queremos fazer vicejar na Psicologia Social – a qual não se faz apartada das linhas de força que incessantemente compõem o mundo.

A Psicologia Social produziu-se como um campo epistemológico marcado pela não unidade. Talvez seja mais adequado falar em psicologias sociais, as quais, em constante embate de forças, disputaram e disputam os meios de se produzir e se constituir conhecimento e intervenção, impondo-se na tentativa de capturar e submeter a seus discursos, enunciados e predições. No presente artigo, abandonamos de antemão o compromisso de defesa de uma suposta verdade única acerca dos fenômenos – e, logo, da totalização da Psicologia Social, qualquer que seja. Soa-nos mais interessante, ao

contrário, traçar uma análise genealógica da Psicologia Social – de sua história e de seus ecos – a fim de nela defender uma posição fragmentária e tateante junto à qual queremos nos fazer. Para que tal empreitada possa se dar, uma série de perguntas disparadoras já se anuncia. O que reverbera através dos caminhos e veredas que mascaram os rastros das forças em jogo? O que se dissipa? O que se institucionaliza? Que subjetividades são produzidas a partir da história de vencedores e vencidos da Psicologia Social?

Não é mero acaso que até hoje parece fazer sentido pensar a separação entre aquilo que supostamente é psicológico e aquilo que supostamente é social. É justamente a partir dessa operação que algumas psicologias sociais se inventaram e ganharam eco na história. Sob tais perspectivas, entende-se a subjetividade como fechada em si mesma, consagrando um eu essencialista, que preexiste à experiência, cujo contato com o fora não é capaz de operar cortes radicais com o que previamente existe em sua suposta interioridade: é quando a psicologia se faz tal qual uma fábrica de interiores (Baptista, 2000). Não é puro e simples acaso, também, que tenham sido esses os discursos vencedores no jogo de forças da história da Psicologia Social. A psicologia, como qualquer outro saber, articula-se e inventa-

se intrincada nas relações de poder constituintes do tecido social. Não somente porque as forças epistêmicas condicionam e são condicionadas pela história, mas também porque a própria história se faz, dentre outras coisas, em um jogo que é simultaneamente econômico, subjetivo e institucional.

Assim, não parece estranho que uma parte considerável dos diagnósticos e análises dos fenômenos operados pela Psicologia Social ganhe visibilidade e status de verdade a partir de sua consonância com os interesses do sistema capitalista, sejam eles de individualização, sejam eles de massificação. Porém, na condição decisiva de articulação entre o capitalismo e a produção de conhecimento científico, vemos ao mesmo passo um outro processo delinear-se: a produção da ciência supostamente asséptica e apolítica. Entretanto, uma rápida passagem pela história da Psicologia Social desmente este status – e nos deixa evidente, mais do que tudo, que ela é carregada de múltiplas defesas de mundo.

Robert Farr (2013) defende a tese de que, assim como não há apenas uma única Psicologia Social, também não há uma única origem – uma manifestação prototípica, da qual todas as outras,

sucessoras desta primeira, se aproximariam ou se afastariam. Sua defesa é de que as raízes da Psicologia Social são múltiplas. Se tendemos a concordar com esta enunciação, que indica haver vários começos possíveis para a disciplina que aqui nos interessa, é porque entendemos que toda demarcação narrativa de um começo para qualquer ciência é simultaneamente um gesto político. Assim sendo, são possíveis muitos começos para a Psicologia Social – e mostrá-los, mesmo que de modo fragmentado, é fundamental para a argumentação que gostaríamos de defender no presente artigo, segundo a qual a Psicologia Social pode e deve se interessar pela análise e criação de dispositivos.

Se concordamos com Rosane Neves da Silva quando ela afirma que o social não é uma evidência, mas um “objeto construído” (Silva, 2005, p. 17), é preciso que atravessemos alguns movimentos de construção do social – para que, por fim, possamos nos aproximar da entonação que nos interessa forjar junto à psicologia. Apresentar os eixos da história da Psicologia Social, portanto, é importante para que consigamos mostrar em que apostas políticas se montam os inícios dos quais gostaríamos de nos afastar e os que gostaríamos de defender – ali onde o dispositivo torna-se um conceito fundamental para este campo.

O século XIX talvez tenha sido aquele em que o anúncio das utopias do mundo ocidental tenha se feito do modo mais radicalmente paradoxal: foi quando a grandiosidade das promessas e o retumbar dos fracassos aconteceram quase simultaneamente. É quando o sonho de um funcionamento perfeito se fez acompanhado daquilo que não lhe poderia escapar: o disfuncionamento. E esse caráter paradoxal do campo político nos anos 1800 deve ser entendido como força fundamental para o engendramento de algumas questões cruciais para a invenção de uma certa Psicologia Social, já que são o gatilho daquilo que Rosane Neves da Silva (2005) chamou de ‘a invenção do social’. Isso porque as promessas quase simultâneas de duas grandes revoluções – a francesa e a industrial – efetivaram mudanças nos campos político e econômico as quais conjugam quase simultaneamente as promessas e os fracassos do novo mundo que se anunciava.

Na esteira de Jacques Donzelot – notadamente de seu *L’invention du social: essai sur le déclin des passions politiques* (1994) –, entendemos que a invenção de algo chamado social está “ligada ao fato político da democracia e, portanto, à sobrevivência do projeto republicano enquanto tal” (Silva, 2005, p. 20). Isto porque aparece uma certa contradição

intrínseca aos projetos maiores do Ocidente naquele momento: a desavença formal entre a democracia política e o liberalismo econômico – ou, em outros termos, a desavença entre “um princípio que concede uma soberania igual a todos, e um princípio que estimula uma liberalização do mercado” (Silva, 2005, p. 20).

Se à primeira vista não há contradição necessária entre esses projetos, é preciso que se diga que a partir da Revolução Francesa a noção de direito passa a constituir-se como “um dos fundamentos da soberania do indivíduo” (Silva, 2005, p. 21). Isso não colocaria nenhuma divergência fundamental ao projeto econômico, que seria o corolário desta modulação política sob os moldes da economia. Todavia, as contradições não tardam a aparecer, já que, “apoiando-se na ordem política, o Estado passa a garantir o princípio do livre acesso ao trabalho, mas ao mesmo tempo é obrigado a recusar explicitamente a responsabilidade de assegurar trabalho para todos. Assegurar isto seria incoerente com a lógica inerente ao princípio de base do liberalismo econômico, que pressupõe uma intervenção mínima do Estado no mercado” (Silva, 2005, p. 21): o livre acesso ao trabalho não poderia ser entendido como um direito irrestrito ao trabalho.

O que se faz, como indicam Donzelot (1994) e Silva (2005), é uma espécie de fratura entre a ordem política fundada sobre o reconhecimento democrático dos direitos do cidadão e a ordem econômica que revela a inferioridade da condição civil de alguns – em que pobres ficavam cada vez mais pobres. O que aparece, em suma, na relação entre a democracia e a economia no século XIX são as contradições imanentes ao modo de produção capitalista: somos todos iguais e somos todos diferentes. São estes os recados respectivos e contraditórios dados pela ordem política e pela ordem econômica, que a partir do século XIX dão as direções majoritárias da existência ocidental.

Não é outro o motivo pelo qual a agitação das multidões no século XIX, notadamente os retumbantes acontecimentos de 1848 – a Primavera dos Povos – e de 1871 – a Comuna de Paris, primeiro governo proletário da história –, faz-se presente e marcante neste momento histórico. Tais revoltas, ocorridas devido à insatisfação no campo social, ameaçavam o arranjo do modelo capitalista existente. Assim, compreender o funcionamento das multidões passou a ser fundamental para poder governá-las – e não ter de operar eternamente ao modo genocida como na Comuna de Paris, quando vinte mil pessoas

foram mortas em poucos dias, com o rastro de sangue que uma sociedade supostamente humanista não poderia suportar. São os efeitos da dissonância estrutural entre a democracia e o capitalismo, com suas demonstrações explosivas e descontroladas, que criou as condições de possibilidade para que as massas fossem então tomadas como um novo objeto de estudo: um ponto de partida da aproximação entre o social e a psicologia.

O mesmo fenômeno engendrou diferentes movimentos de análise, produzindo assim versões e objetos de estudo que não coincidem ideologicamente. Se para Marx as multidões representavam efeito evidente da contradição de interesses das classes do sistema capitalista, para Gustave Le Bon (2008) elas eram uma massa irracional, imprevisível e impeditiva de qualquer pacto de coesão social. Justamente por isso, Le Bon, muito próximo às camadas mais ricas da sociedade francesa, decide tomar as multidões como objeto de seu estudo. Assim, aquilo que ele chamou de alma coletiva das multidões evidencia ou faz emergir o que há de inconsciente nos homens, de um cunho irracional e patológico, que precisaria ser psicologicamente governado.

O caráter político das reivindicações das classes proletárias é esvaziado e negligenciado por Le Bon através de um

mapeamento do fenômeno que lança luz sobre o suposto comportamento ameaçador das multidões, caracterizando seu modo de operar como primitivo e sem inteligência. É por meio dessa cartografia que Le Bon provê importantes subsídios para as classes dirigentes, que reconhecem numa suposta cientificidade da psicologia das multidões o aval para manejar a sociedade de determinada forma.

Para Le Bon, assim como os indivíduos, as massas também seriam sugestionáveis. Assim, não se trata apenas de reprimi-las, mas de capturar sua dimensão inconsciente e afetiva, através da qual os líderes podem incidir sobre os indivíduos por via da sugestão. As multidões operariam por contágio, imitação e obediência ao comando, mas não a qualquer comando: seria necessário um líder, alguém capaz de conquistá-las e dirigi-las com seu carisma. O interesse de Le Bon era o de saber como acontecia a conexão entre um líder e a multidão, já que para haver um líder seria necessário que a multidão aparecesse.

Ao propor o funcionamento das massas como uma anomalia, ele evidencia o caráter patológico das multidões. E a introdução do elemento irracional e inconsciente na política, como se apresenta na obra de Le Bon, fornece aos líderes de Estado novas justificativas para a

dominação e os meios de exercê-la. Pode-se dizer até mesmo que a psicologia das multidões – este estranho ramo criado por Le Bon – criou as condições de possibilidade para a subida ao poder dos grandes ditadores do século XX (Silva, 2005).

Dessa forma, as grandes questões consideradas para manter a ordem social no *status quo* e não atrapalhar o desenvolvimento do capital são: de que forma evitar o aparecimento da multidão? Como governar essas massas que necessariamente demandam um líder para evitar o caos? A Psicologia Social passa a ter nesse momento a responsabilidade de evitar conflitos, como se fosse uma espécie de cartilagem técnico-científica, com a função de diminuir o atrito entre o capitalismo e a democracia – fazendo com que as contradições intrínsecas ao jogo econômico e político não apareçam. Estranha força científica esta que, travestida dos arroubos da neutralidade, tenta conduzir multidões sob a força carismática e hipnótica de um líder, de modo que a luta de classes não ganhe tónus e força a partir das contradições intrínsecas à relação divergente entre o capitalismo e a democracia. Certamente, ao defendermos o dispositivo como elemento importante para a Psicologia Social, não é próximo a este começo que gostaríamos de estar. Ao nos

aproximarmos do conceito de dispositivo, não é junto ao governo das multidões que nossa aposta de Psicologia Social se posiciona.

Evidentemente, a história da Psicologia Social não é feita tão somente dos arroubos civilizatórios e pré-científicos de Gustave Le Bon em relação às multidões. Outras modulações, próximas espacial e temporalmente – na mesma Europa, no mesmo final do século XIX –, mas distantes em meta e método, também se fizeram marcantes. Wilhelm Wundt é costumeiramente anunciado como o pai da psicologia científica – já que fundou o primeiro laboratório experimental de psicologia, na cidade alemã de Leipzig. Segundo Robert Farr (2013), cerca de dez mil norte-americanos deslocaram-se de seu país para estudar nas modernas universidades alemãs entre 1865 e 1914. E a Psicologia Experimental forjada por Wundt, como não poderia deixar de ser, atraiu diversos estudiosos europeus e estadunidenses, os quais, interessados em conhecer esta nova e inusitada ciência, dirigiram-se a Leipzig para aprender diretamente com Wundt as práticas de pesquisa referentes ao novo objeto de estudo laboratorial: a consciência.

Porém, é também necessário lembrar que a obra de Wundt pode ser dividida em duas partes. Todavia a segunda

parte, a “Psicologia dos Povos”, não ficou tão conhecida: os dez volumes escritos entre 1900 e 1920 reuniam o estudo de uma espécie de Psicologia Social – mais um começo para esta disciplina fragmentada – que tinha como interesse as manifestações culturais, que seriam pesquisadas de modo comparativo – e não experimental, como a consciência. Tal obra foi repudiada pelos mesmos estudiosos que a utilizaram e que se inspiraram nos trabalhos laboratoriais fundantes da Psicologia Experimental. Wundt fez essa divisão, pois entendia que a mente é um produto histórico, cujos processos superiores não podem ser acessados por meio de uma investigação científica individual, já que se constituem a partir da ação recíproca de múltiplos outros. Isso o levou a considerar que apenas em parte a psicologia seria um ramo das ciências naturais, no que diz respeito à investigação de fenômenos como sensação, percepção e representação. No que tange aos fenômenos sociais, a psicologia não poderia caber em um laboratório. Contudo, é necessário dizer que, ao defendermos o dispositivo como elemento importante para a Psicologia Social, não é ao lado de estudos culturais comparativos que nossa aposta se faz.

Para os que se colocavam na empreitada de estabelecer institucionalmente a psicologia como uma

ciência, a defesa de que havia algo na formatação humana que não cabia em indivíduos ou em laboratórios era inaceitável. Não foi à toa que Danziger (1979) chamou de "repúdio positivista de Wundt" a resposta da geração mais jovem de psicólogos experimentais, muitos deles treinados por Wundt. Esse movimento que pretendia constituir a psicologia como campo apenas das ciências naturais marca a elaboração de novos objetos epistemológicos – e, conseqüentemente, cria novos sentidos para a psicologia –, mais radicalmente científicos do que as indicações feitas em princípio por Wundt. Entre os experimentalistas europeus, como Kulpe e Ebbinghaus, prevalece a ideia de que o objeto da psicologia deve ser o organismo e não a psique, da mesma forma como era para Wundt. Assim, supõem que circunscrevem um objeto naturalmente apartado do ambiente – um objeto, portanto, apartado do social. A escolha pelo organismo em vez da psique resolveria o problema da investigação do objeto da psicologia, como proposto Wundt, já que abriria mão daquilo que tornava os contornos da consciência mais enevoados. Esse corte epistemológico pode ser entendido como prelúdio da passagem enfática da psicologia para o campo das ciências naturais.

Já no início do século XX, esse processo delineia-se claramente também nos Estados Unidos, com a ascensão do behaviorismo e de uma certa Psicologia Social positivista americana. É preciso dizer mais uma vez que, ao defendermos a importância da análise e da criação de dispositivos, certamente não é próximo da vertente científica estadunidense que gostaríamos de estar. Entretanto, não foram apenas a Psicologia das Multidões de Le Bon ou a Psicologia Social positivista americana que se apresentaram como forças legítimas no histórico dessa disciplina. Ao contrário, mesmo em solo americano os sentidos possíveis de uma Psicologia Social tornam-se campo de disputa. George Herbert Mead e Watson são dois dos responsáveis por esses traços tão díspares. É provável que Watson tenha assistido a um dos primeiros cursos de Mead na Universidade de Chicago, e de aluno tenha passado posteriormente a colega de instituição. Ambos foram influenciados por Wundt – e Mead foi inclusive um dos dez mil a atravessar o oceano para estudar nos laboratórios do filósofo alemão.

Em uma direção, Watson declara a psicologia como ciência do comportamento. Em seu manifesto "A psicologia como um comportamentista a vê", apresenta os fundamentos do behaviorismo. Defende no texto ter chegado

o momento em que a psicologia deveria descartar toda e qualquer referência à consciência (Watson, 2008). Isso se deve ao fato de que, para enquadrar-se nos moldes científicos, o objeto de estudo da psicologia deveria ser quantificável e mensurável, para que pudesse ser replicado em outros experimentos. O comportamento, ao contrário da mente, supostamente se encaixaria nesses quesitos.

Em outra direção, Mead continuou contra o fluxo não só por acompanhar alguns volumes da *Völkerpsychologie* – segunda parte dos trabalhos de Wundt, repudiada pelo positivismo – mas também por direcionar-se contra as tendências reducionistas marcantes no desenvolvimento histórico da Psicologia Social norte-americana. O acesso que tivemos ao seu pensamento só foi possível graças às transcrições e anotações dos alunos que frequentaram seus cursos entre 1900 e 1931. Neles, Mead se propôs a superar os dualismos vigentes desde a supremacia filosófica cartesiana – não só o da mente/corpo, mas também do sujeito/objeto e do self/outro. Em seu curso *Mind, self and society*, o primado era do último elemento da expressão que dá título ao curso: para Mead, “sem dúvida alguma, a sociedade existia antes do sujeito, no sentido de que o sujeito já nasce imerso nela e dela sofre influências. Sua grande questão

era tentar entender como, afinal, o sujeito poderia se constituir sendo tão particular e, ao mesmo tempo, conseguir se inserir na sociedade” (Arihla, 1997, p. 89).

Wundt, um tanto cartesianamente, considerava a linguagem como um produto da mente, ao passo que Mead julgava que a mente seria efeito da linguagem: ela não seria dada e não poderia, portanto, existir anteriormente à própria sociedade. A inserção social se deveria justamente à linguagem, a qual possibilitaria a formação do self – instância entre a mente e a sociedade –, e assim tornava-se fundamental compreender a relação dialética entre esse duplo. Robert Farr (2013, p. 99) considera que os “psicólogos pensaram equivocadamente que tinham exorcizado o fantasma de Descartes ao aceitar o behaviorismo. Eles não conseguiram ver que o behaviorismo que tinham desposado e o mentalismo que tinham rejeitado pertenciam a um único e mesmo paradigma” (Farr, 2013, p. 99). Esse novo paradigma opera movimentos de dessocialização do indivíduo e individualização do social, fazendo do objeto da psicologia algo a-histórico, determinado pela biologia e centrado em si.

Segundo Farr (2013), a separação das disciplinas de origem – psicologia e sociologia – foi o início do desenvolvimento de formas de Psicologia

Social dentro de cada uma dessas disciplinas. É nesse contexto que emerge a Psicologia Social americana em sua forma psicológica, que visava analisar as interações entre indivíduos de modo experimental, entendendo o social que nos habita como restrito a interações em pequena escala. Nessa cisão da Psicologia Social, dividida na forma psicológica e sociológica, as disciplinas passam a ter pouco ou praticamente nada em comum. Para a Psicologia Social psicológica até mesmo o estudo das interações se dá a partir de uma perspectiva individualizante, já que se investigam habilidades sociais que estariam localizadas em cada indivíduo, ignorando o caráter desestabilizador do fora, cujo movimento é, na realidade, o de rompimento com fronteiras de si tão bem instituídas. O que se entende como social é também esvaziado, ignorando conjunturas históricas, políticas e econômicas, para analisar como se dá a relação entre indivíduos – uma relação interindividual.

Tal modulação norte-americana se fez majoritária na disciplina. Todavia, dizer que ela se fez majoritária não significa dizer que se fez única – o que se prova historicamente, inclusive, pela chamada crise da Psicologia Social (Bernardes, 1999; Lima, 2009) ocorrida na Europa nos anos 1960 e na América Latina nos anos 1970 e disparada pela insatisfação com uma série

de características da vertente majoritária que, advinda dos Estados Unidos, se alastrava para outras partes do mundo: etnocentrismo, a-historicismo, cientificismo. Como dizem Silvia Lane e Ana Bock (2003), enunciando aquilo que forçou o aparecimento, no começo dos anos 1980, de uma Psicologia Social brasileira a partir da fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO):

A ABRAPSO nasceu da insatisfação com a psicologia européia e americana. Os problemas da nossa sociedade, marcada pela desigualdade social e pela miséria, não encontravam soluções na Psicologia Social importada como um saber universal dos países do Primeiro Mundo. Era imperioso rever, criticamente, o conhecimento científico enquanto práxis, ou seja, a unidade entre saber e fazer (Lane & Bock, 2003, p. 149).

Ao utilizarmos a noção de dispositivo, defendemos o que já era insinuado fortemente na crise dos anos 1970: não é possível descolar a psicologia – ou qualquer outra área do saber – da ética e da política. Entendemos que a subjetividade é um emaranhado de forças cujos sentidos são imanentes à experiência histórica. Um pouco afastados do jargão marxista da desigualdade social – mas sem qualquer intenção de negar a desigualdade social em si –, gostaríamos de entender a produção de

subjetividade se fazendo no jogo de forças absolutamente múltiplo e territorial que não são somente econômicas. Entendemos que a produção de subjetividade se faz naquilo que Michel Foucault começou a chamar de dispositivos a partir dos anos 1970, notadamente em trabalhos como *Vigiar e punir* e o primeiro volume de *História da sexualidade*. É assim, por exemplo, que ele encerra este último – referindo-se à sexualidade, ali chamada de dispositivo: “Ironia deste dispositivo: é preciso acreditarmos que nisso está nossa ‘liberação’” (Foucault, 1988, p. 174). Porém, repetimos a pergunta de Agamben e de Deleuze: o que é um dispositivo? E mais: como o dispositivo pode ser uma noção importante para a Psicologia Social?

Não causa estranhamento que tanto Giorgio Agamben (2009) quanto Gilles Deleuze, em textos nos quais homenageiam postumamente Foucault, elejam o dispositivo como ponto nodal do pensamento do autor de *As Palavras e as coisas*. Se Foucault não é daquela estirpe de autores que define exhaustivamente seus conceitos – como faz, apenas para citar um exemplo, Baruch de Espinosa –, é fato que há uma série de termos técnicos que se repetem estrategicamente em sua obra – e dispositivo inequivocamente é um deles. Eis como enuncia o pensador italiano: [dispositivo é] “um termo técnico decisivo

na estratégia de pensamento de Foucault” (Agamben, 2009, p. 27).

Quando faz um estudo filológico da presença do termo na obra de Foucault, Agamben lembra que ele não aparece nos primeiros trabalhos – aqueles que se dão ao longo da década de 1960. O que ali aparece é o termo positividade. Segundo Agamben, Foucault apreende o termo de seu mestre Jean Hyppolite, de quem foi aluno na juventude e com quem tinha uma relação de maestria, inclusive herdando-lhe a cátedra do Collège de France. Positividade é um termo que aparece no livro de Hyppolite intitulado *Introduction à la philosophie de l’histoire de Hegel* – e que, segundo Agamben, não pode ter deixado de chamar a atenção de Foucault. O que ali Hyppolite indica, lendo o Hegel de *A positividade da religião cristã*, é que, para o filósofo alemão, a religião positiva ou histórica “compreende o conjunto das crenças, das regras e dos ritos que numa determinada sociedade e num determinado momento histórico são impostos aos indivíduos pelo exterior” (Agamben, 2009, pp. 30-31).

Portanto, aquilo que Hegel chama de positividade – e que através de Hyppolite chegará até Foucault – é o elemento histórico ou coercitivo. Se para Hegel a positividade encontra-se na religião, para Foucault, de modo mais amplo, trata-se da “relação entre os indivíduos como seres

viventes e o elemento histórico, entendendo com este termo o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder” (Agamben, 2009, p. 32). Na analítica foucaultiana dos anos 60 – uma analítica arqueológica do saber – trata-se de investigar os modos concretos desse jogo – ou seja, do jogo coercitivo em que as produções de verdade se fazem.

Se Deleuze – respondendo à pergunta acerca do que é um dispositivo – afirma que se trata, primeiramente, de “uma meada, um conjunto multilinear” (Deleuze, 2016, p. 359), ele entende que a dimensão do saber é a primeira das linhas que Foucault descobre no dispositivo, quando ainda o chamava de positividade: as “duas primeiras dimensões de um dispositivo, ou aquelas que Foucault resgata primeiro, são as curvas de visibilidade e curvas de enunciação” (Deleuze, 2016, p. 360). Um jogo fotográfico, um jogo retórico, já que cada “dispositivo tem seu regime de luz, a maneira pela qual esta incide, se esfuma e se espalha, distribuindo o visível e o invisível, fazendo nascer ou desaparecer o objeto que não existe sem ela” (Deleuze, 2016, p. 360). Invenção de visibilidade, invenção de dizibilidade, invenção de objetos: o dispositivo, portanto, é aquilo que inventa objetos de saber entre o dizível e o visível. A positividade é, portanto, nos

primeiros trabalhos de Foucault, a força histórica e coercitiva dos saberes.

No intervalo razoavelmente longo de seis anos que separa a publicação de *Arqueologia do Saber*, em 1969, e *Vigiar e Punir*, em 1975, um deslizamento terminológico se dá na obra de Foucault: a positividade some repentinamente, e aparece explicitamente o dispositivo. Tal mudança certamente não se faz por um simples e puro gosto estético de Foucault: ela indica uma mudança tão delicada quanto importante nos rumos das pesquisas que conduzia. De acordo com Agamben, dispositivo é uma palavra que advém do latim *dispositio* – que, por sua vez, advém do termo grego *oikonomia*, uma palavra religiosa que, nos primórdios do cristianismo, indicava uma atividade de governo. Assim, já não causa estranhamento a seguinte assertiva: “O que necessitamos é de uma nova economia das relações de poder” (Foucault, 2013, p. 275). Deste modo, é necessário dizer que, além das linhas da positividade do saber, com seu regime de visibilidade e de dizibilidade, os dispositivos – cujo conceito aparece na obra de Foucault na década de 1970 – implicam também processos de subjetivação que estão aquém e além, mesmo que sempre acoplados ao saber. Trata-se, portanto, de “um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é

gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens” (Agamben, 2009, p. 39).

Agamben (2009, p. 13) afirma que “não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo”. Aquilo que ele chama de indivíduo é a instância situada entre os seres viventes e os dispositivos. Trata-se da tradicional divisão grega – presente, por exemplo, em Aristóteles – segundo a qual a vida tem duas acepções: zoé e bíos. Zoé seria o simples ato de existir, a vida biológica, a vida sem qualidades, o fato da vida, a vida nua, e bíos seria a vida política, histórica, qualificada. Em Foucault, de acordo com Agamben, os dispositivos seriam os responsáveis por fazer a passagem de um modo a outro – ou seja, transformar a vida biológica em vida política.

Isso se dá porque, além da visibilidade e da dizibilidade, em “terceiro lugar, um dispositivo comporta linhas de força” (Deleuze, 2016, p. 360). É exatamente isso que Foucault parece descobrir nos anos 1970, quando começa a usar o termo dispositivo: a dimensão microfísica do poder. Todo jogo dispositivo, portanto, é doravante um jogo de dizibilidade, de visibilidade e de força –

ou, em outros termos, um jogo de saber e de poder. Intimamente relacionadas à dimensão do poder, portanto, as chamadas linhas de força retificam as curvas de visibilidade e enunciação. Elas operam costuras entre as dimensões das palavras e das coisas, delineando seus trajetos, traçando tangentes e explicitando através de quais composições manifestam sua existência. Nesse sentido, dizemos que elas atingem todos os espaços do dispositivo, já que estão relacionadas ao poder em sua característica de se produzir a cada momento. Assim, Foucault chamará de poder aquilo que

(...) incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, coage ou impede absolutamente, mas é sempre um modo de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. É uma ação sobre ações (Foucault, 2013, p. 288).

Deste modo, em entrevista dada em 1977 a um grupo de psicanalistas, é assim que Foucault define o conceito de dispositivo:

O que eu tento descobrir sob esse nome é, primeiramente, um conjunto decididamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos,

proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em resumo: do dito, tanto quanto do não-dito, eis os elementos do dispositivo (Foucault, 2014, p. 45).

Ou seja, o “dispositivo propriamente é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (Foucault, 2014, p. 45). Não à toa, nessa espécie de rede o dispositivo “tem uma função estratégica dominante” (Foucault, 2014, p. 45), respondendo a uma urgência política de um modo específico, “o que supõe que se trata aí de uma manipulação de relação de forças, seja para desenvolvê-las em uma direção, seja para bloqueá-las ou estabilizá-las, utilizá-las” (Foucault, 2014, p. 47). Em termos cabais, eis a definição: “estratégias de relação de forças suportando tipos de saber e suportadas por eles” (Foucault, 2014, p. 47).

Radicalizando a perspectiva foucaultiana, Agamben propõe chamar de dispositivo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (Agamben, 2009, p. 40). À moda de um diagnóstico sombrio, diz que “não seria provavelmente errado definir a fase extrema do desenvolvimento capitalista que estamos vivendo como uma gigantesca acumulação e proliferação de dispositivos” (Agamben, 2009, p. 42) – o que só pode ser

entendido como a proliferação dos modos de governo das existências. Quadro sombrio, que talvez seja aquele mapeado por Foucault nos seus dois livros dos anos 1970, quando opera a cartografia dos diagramas de poder na sociedade disciplinar e na sexualidade. Nas últimas palavras de *Vigiar e punir*, todavia, Foucault (1987, p. 254) indica, sem sinalizações mais explícitas e claras, que “temos que ouvir o ronco surdo da batalha” – ou as forças de resistência e invenção em relação aos dispositivos que governam as existências através do saber e do poder.

Eis que nos anos 1980, em um surpreendente retorno aos gregos realizado primeiramente em seus cursos no Collège de France e depois nos volumes dois e três de *História da sexualidade*, “Foucault, enfim, descobre as linhas de subjetivação” (Deleuze, 2016, p. 361) – uma terceira dimensão, que não se confunde nem com o saber nem com o poder e que opera um remanejamento no mapa dos dispositivos. As linhas de subjetivação, esta derradeira invenção foucaultiana, se fazem como linhas de fuga: o jogo da subjetivação “escapa das linhas precedentes, delas se escapa” (Deleuze, 2016, p. 362), fazendo o “ronco surdo da batalha” (Foucault, 1987, p. 254), sinalizado em 1975, em *Vigiar e punir*, aparecer com mais materialidade e ênfase. E se não é certo que todo dispositivo

comporte uma linha de subjetivação, talvez se trate de forçá-la, abrindo-lhe espaço por entre as linhas do saber e do poder. Tratar-se-ia, ao fim e ao cabo, de uma “estética intrínseca dos modos de existência, como última dimensão dos dispositivos?” (Deleuze, 2016, p. 364). Se assim é, quais forças de criação e invenção poderiam habitar a Psicologia Social a partir da indicação de que o conceito de dispositivo é parte importante dela?

Ao analisarmos uma breve passagem histórica da Psicologia Social, poderemos entender o que implica pensar a partir dos dispositivos ou, no caso, fora deles. Segundo a aposta que gostaríamos de conduzir junto ao campo da Psicologia Social, é através do entrelaçamento das linhas constitutivas da rede – ou seja, dos jogos de saber, poder e subjetividade que compõem os dispositivos – que nos produzimos. A Psicologia Social em que apostamos, então, não pode conceber seu objeto sem fazer referência a esse conceito foucaultiano, que se confunde com os próprios modos de existência e suas linhas de saber, poder e subjetivação. Mais do que isso, entendemos que o que está em jogo na Psicologia Social é a análise desta dança que faz girar os modos de existência, cujos contornos se embaralham com as linhas que a atravessam, reverberando um absoluto repúdio um absoluto repúdio aos universais.

Analisar e criar dispositivos são tarefas políticas e libertárias para a Psicologia Social, que, no emaranhado de disputas históricas, gostaríamos de defender como modulações para este campo ainda e sempre em invenção.

Referências

- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos.
- Arilha, M. (1997). George Herbert Mead: contribuições para a psicologia social. *Psicologia Revista*, 5, 87-104.
- Baptista, L. A. dos S. (2000). *A fábrica de interiores: a formação psi em questão*. Niterói, RJ: EdUFF.
- Bernardes, J. de S. (1999). História. Em M. N. Strey et. al. (Orgs.). *Psicologia Social Contemporânea: livro texto* (pp. 19-35). Petrópolis, RJ; Vozes.
- Deleuze, G. (2016). *Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995)*. São Paulo: Ed. 34.
- Donzelot, J. (1994). *L'invention du social: essay sur le déclin des passions politiques*. Paris: Seuil.
- Farr, R. (2013). *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (2013). O sujeito e o poder. Em H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2014). Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. *Ditos & Escritos*, vol. IX (pp. 192-206). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Lane, S. T. M., & Bock, A. M. B. (2003). ABRAPSO – uma história da psicologia social enquanto práxis. Em A. M. Jacó-Vilela, M. L. Rocha & D. Mancebo (Orgs.). *Psicologia social: relatos da América Latina* (pp. 145-155). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Le Bon, G. (2008). *Psicologia das multidões*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Lima, R. S. de. (2009). A psicologia social. Em C. Tourinho & R. Sampaio (Orgs.). *Estudos em psicologia: uma introdução*. Rio de Janeiro: Proclama Editora.

Silva, R. N. da. (2005). *A invenção da psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Watson, John B. (2008). Clássico traduzido: a psicologia como o behaviorista a vê. *Temas em Psicologia*, 16(2), 289-301.

Danichi Hausen Mizoguchi é professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

E-mail: danichihm@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7147-3521>

Roberto de Andrade é graduado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense.

E-mail: robertodeandrade@outlook.com

Isabela Gama é graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Participou de projetos de Iniciação Científica Jr. vinculados ao Colégio Pedro II como pesquisadora bolsista, com ênfase em: cinema, história, geografia, cartografia social.

E-mail: isabelagama@id.uff.br

Enviado em: 28/11/18 – **Aceito em:** 23/09/19
